FÓRUM DE
FUNDOS SOBERANOS
BRASILEIROS

Fundos Soberanos brasileiros: diálogos para a construção de um ecossistema cooperativo e sustentável

Nayara Maia – Organizadora

Assessora de Projetos e Operações
Fórum de Fundos Soberanos Brasileiros (FFSB)

TRILHA DE EVENTOS - JULHO 2025

Série de Estudos sobre Fundos Soberanos

APOIO

iCS instituto CLIMA e SOCIEDADE

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS

FÓRUM DE
FUNDOS SOBERANOS
BRASILEIROS

Sumário

2 Apresentação

4 Ambiente político, institucional e regulatório das Finanças Sustentáveis no Brasil

8 Fundos soberanos como catalisadores de investimentos no Brasil

11 Fundos soberanos e Tribunais de Contas: construindo um diálogo com órgãos de fiscalização

14 Fundos soberanos e controle social: intercâmbio técnico com o Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC)

17 Fundos soberanos de riqueza: desafios regulatórios e oportunidades

TRILHA DE EVENTOS - JULHO 2025

Série de Estudos sobre Fundos Soberanos

Fundos soberanos brasileiros: diálogos para a construção de um ecossistema cooperativo e sustentável

Trilha de Eventos



Apresentação

Desde sua fundação, em 2022, o Fórum de Fundos Soberanos Brasileiros (FFSB) trabalha na construção de um ambiente institucional que sirva para o fortalecimento dos fundos soberanos subnacionais brasileiros.

A partir da parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o *Jain Family Institute* (JFI), e com a ativa colaboração de seus membros – os municípios de Niterói-RJ, Maricá-RJ, Ilhabela-SP, Congonhas-MG, Conceição de Mato Dentro-MG e Itabira-MG, e dos estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro – o FFSB tem avançado na construção de uma agenda de interesse dos fundos, promovendo eventos, intercâmbios e estabelecendo a interlocução com atores relevantes do governo federal, de instituições privadas e da sociedade civil. Atualmente, esse trabalho

também conta com o apoio do Instituto Clima e Sociedade (iCS) e da *Open Society Foundations* (OSF).

O envolvimento com a temática da sustentabilidade e a busca por uma regulamentação federal que garanta segurança jurídica aos gestores públicos ocupam, atualmente, posições centrais nessa agenda coletiva. Neste documento, composto por cinco notas técnicas, serão apresentados os principais eventos promovidos pelo FFSB para o fomento desses temas e para a construção de um ecossistema cooperativo, que possa garantir a longevidade dos fundos soberanos subnacionais como instrumentos sólidos e eficazes para o desenvolvimento sustentável.

Boa leitura!

Ambiente político, institucional e regulatório das Finanças Sustentáveis no Brasil

O Seminário Internacional “Fundos Soberanos e a Agenda Climática: desafios e oportunidades”, realizado em agosto de 2024, na Casa G20, no Rio de Janeiro, foi o primeiro evento organizado pelo Fórum de Fundos Soberanos Brasileiros a levar a agenda climática para o centro do debate sobre fundos soberanos no Brasil.

Da programação do evento, destacamos nesta nota o painel “Finanças Sustentáveis no Brasil: ambiente político, institucional e regulatório e a participação dos fundos subnacionais”[1]. O painel contou com a participação de Ana Toni, secretária nacional de Mudança do Clima no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e atual diretora executiva da COP 30, e de Maria Netto, diretora executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS), além da moderação de Fernando Teixeira, Diretor de Sustentabilidade e Projetos Especiais do FFSB.

Embora o Brasil possua um espaço profícuo de construção de normativas do ponto de vista das finanças sustentáveis, com um sistema bem estabelecido de instituições públicas, órgãos reguladores e fiscalizadores, os fundos subnacionais ainda carecem de uma regulamentação própria em nível federal. Essa insegurança jurídica é um fator que limita o engajamento desses fundos no ecossistema de financiamento climático.

Ana Toni destacou que, embora o país tenha sido berço da Convenção do Clima, na Rio 92, não é suficiente ter uma legislação climática e ambiental robusta sem uma governança financeira que esteja alinhada à governança climática. Para isso, a interlocução entre o MMA, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento e Orçamento é fundamental.

Além disso, há o pano de fundo da governança global: a COP 28, em Dubai (2023), que culminou com uma proposta de caminhada para a superação do uso de combustíveis fósseis, um grande avanço no plano internacional. No entanto, é nos países e, por fim, nos municípios dependentes de fontes de energia como o petróleo, que os impactos são sentidos de forma mais intensa. Neste contexto, os fundos soberanos, com

[1] O painel está disponível, na íntegra, em: https://www.youtube.com/watch?v=TsyxR3VjKaA

sua visão de longo prazo, podem possibilitar que os municípios e estados invistam na transição energética que é tão necessária.

Ana Toni destacou também ações importantes do governo federal, especialmente no âmbito do G20, como o estabelecimento dos pilares de combate à pobreza e à fome e o combate à mudança do clima, que cristalizam o entendimento brasileiro da mudança do clima como um acelerador da pobreza e da desigualdade. Assim, o alinhamento entre os vetores econômicos e o financiamento climático ganha ainda mais peso e relevância.



Foto: Davi Campana / Fórum de Fundos Soberanos Brasileiros

A diretora executiva do iCS, Maria Netto, pontuou que mais da metade dos custos econômicos de desastres naturais – a maioria deles causados pelas mudanças climáticas – não foram assegurados nos últimos anos, em todo o mundo. Isso se traduz em perdas econômicas para governos, atores privados e, em particular, no nível subnacional, com o custo da inação sendo bem maior que o custo da ação.

O financiamento global para o clima vem crescendo, mas ele ainda é pequeno frente às necessidades. Refletindo sobre a realidade brasileira, a discussão sobre como combinar recursos públicos e privados – pensando, especialmente, em como aplicar da melhor forma os recursos públicos, que tendem a ser mais limitados – é essencial para a estruturação dos investimentos e, inclusive, na proposta de um marco regulatório para os fundos subnacionais.

A pressão sobre os fundos soberanos internacionais para que atuem no financiamento climático não é novidade. Como os recursos públicos são finitos, faz-se necessário escalar investimentos privados, os fundos soberanos podem exercer papel fundamental, não apenas para investir no longo prazo, mas para investir também em projetos mais inovadores.

Maria Netto também destacou que, devido às pressões externas – de outros governos e de corporações internacionais –, muitas regulamentações vão começar a ter efeitos sobre o Brasil. Além disso, as discussões envolvem uma transformação do sistema financeiro, para que o tema do clima tenha impacto não apenas no financiamento, mas em toda a gestão fiscal. Repensar o sistema financeiro envolve, consequentemente, pensar em novos produtos e novos mercados, bem como repensar a adequação de capital e a governança para avaliar a possibilidade de assumir mais riscos.



Foto: Davi Campana / Fórum de Fundos Soberanos Brasileiros

O painel caminhou para o consenso de que os fundos subnacionais são capazes de exercer um papel estratégico, podendo alavancar recursos públicos e combiná-los com recursos privados nacionais e internacionais. Nesse contexto, o Brasil está bem posicionado para ser um catalisador de investimentos e avança nos esforços para unir políticas voltadas para a emergência climática e instrumentos econômicos, de maneira pragmática. O momento é mais do que oportuno para tratar da regulamentação dos fundos subnacionais, dado o potencial que estes instrumentos têm de integrar o ecossistema de financiamento climático do país, com capacidade de se

instituírem como um pilar para implementação e avanço das políticas de enfrentamento à mudança do clima nos territórios.

Fundos soberanos como catalisadores de investimentos no Brasil

As instituições financeiras privadas representam parte fundamental do ecossistema de investimentos e, portanto, integrá-las ao debate sobre fundos soberanos é indispensável. Para discutir as possibilidades para essa integração, o FFSB promoveu, em outubro de 2024, o webinário “Como os fundos soberanos podem ajudar a catalisar investimentos no Brasil”.

Realizado em parceria com o *International Forum of Sovereign Wealth Funds* (IFSWF), o evento contou com a participação de Daniel Epstein, Sócio Associado e membro sênior do Time de Investimentos do BTG Pactual; de Mauro Ribeiro Neto, Diretor Executivo da Votorantim S.A.; e de Wolfgang Schwerdtle, Chefe do escritório do GIC Private Limited, fundo soberano de Cingapura, no Brasil, e Chefe do Grupo de Investimentos Diretos na América Latina. O evento foi mediado pelo Diretor de Sustentabilidade e Projetos Especiais do FFSB, Fernando Teixeira.



Divulgação / Fórum de Fundos Soberanos Brasileiros

Como ponto de partida, o webinário contou com uma breve apresentação do relatório “*Can Regional Sovereign Wealth Funds Expand and Grow in Latin America?*”, publicado pelo IFSWF em parceria com a Escola Fletcher de Direito e Diplomacia da Tufts University, e com o Fundo

Latinoamericano de Reservas (FLAR)[2]. Paul Katz, Vice-presidente sênior do *Jain Family Institute* (JFI), contribuiu com comentários a respeito da publicação, pontuando que a América Latina ainda conta com poucos fundos soberanos, sendo a maioria deles fundos de estabilização de receitas, como o próprio FLAR e os do Chile, o Fundo de Estabilização Econômica e Social (FEES) e o Fundo de Reservas de Pensões (FRP).

Daniel Epstein destacou que o Brasil apresenta diversas oportunidades para atrair capital internacional em larga escala, especialmente nos setores de infraestrutura, portos, commodities e telecomunicações. Também há grande potencial de crescimento em áreas como transmissão de energia, saneamento básico e transporte, tornando o país um destino atrativo para investimentos estrangeiros. Neste cenário, os fundos soberanos podem exercer papel estratégico na mobilização de recursos internacionais, pois são atores capazes de contribuir com o aumento da credibilidade e da escala dos investimentos, facilitando a alocação de capital em empresas e projetos brasileiros.

Mauro Ribeiro Neto apresentou a Votorantim S.A., holding de investimento que, segundo o diretor executivo, passou por um amplo processo de descentralização e diversificação de portfólio nos últimos anos, adotando uma filosofia de investimentos pautada no longo prazo, que privilegia a construção de conhecimento e de capacidades para geração de valor extraordinário. A partir desta visão, Neto pontuou que as estabilidades política, regulatória e cambial formam um tripé essencial para os investimentos e, nesse contexto, os fundos soberanos podem ser parceiros de destaque, uma vez que possuem tamanho e capital paciente para investimentos de longo prazo.

Encerrando as apresentações, Wolfgang Schwerdtle compartilhou a experiência do GIC, um dos maiores fundos soberanos do mundo, que possui dez escritórios em mercados globais e emergentes e é um dos investidores estrangeiros mais ativos no Brasil e na América Latina. Com foco também no longo prazo, o GIC privilegia projetos com horizonte de investimento de 15 a 20 anos. Por se tratar de um fundo soberano, a preservação da reputação institucional é um fator central, que se garante, principalmente, pela escolha adequada de parceiros, pela qualidade e potencial de crescimento dos negócios investidos, e pela análise minuciosa dos aspectos específicos de cada transação, como preço e estrutura. No Brasil, as principais prioridades do GIC incluem projetos de grande escala

[2] Disponível em: https://ifswf.org/can-regional-sovereign-wealth-funds-expand-and-grow-latin-america

voltados para sustentabilidade e transição energética, que possam gerar impacto e retornos consistentes ao longo do tempo.

Entre as principais convergências das falas dos três convidados, dois pontos se destacaram: em primeiro lugar, a ausência no Brasil de um pipeline de projetos adequados. Há um enorme potencial e há capital interessado, mas faltam projetos bem definidos. Setores como o de saneamento, de transporte e de infraestrutura rodoviárias, por exemplo, demandam projetos robustos, alto investimento e parcerias de longo prazo bem estruturadas. Em segundo, a importância do trabalho para entender e definir a vocação dos fundos soberanos brasileiros, e qual é o perfil das capacidades, bem como dos gestores, que estão sendo desenvolvidos para atuar nesses investimentos.

Fundos soberanos e Tribunais de Contas: construindo um diálogo com os órgãos de fiscalização

Os Tribunais de Contas Estaduais (TCEs) exercem um importante papel dentro da administração pública, sendo instâncias fundamentais para garantir o bom uso dos recursos públicos, e compõem o entorno institucional presente no dia a dia dos estados e municípios detentores dos fundos soberanos subnacionais brasileiros. No entanto, o conhecimento desses novos instrumentos por parte dos órgãos de fiscalização ainda é bastante incipiente.

Ciente dessa realidade, o FFSB tem intensificado seus esforços de aproximação com os TCEs, a fim de estabelecer um canal de diálogo que proporcione aprendizado, cooperação e um nivelamento de informações que beneficie todos os entes envolvidos. Para isto, em 2024, foi realizada a primeira rodada de conversas com representantes dos quatro TCEs responsáveis pela fiscalização dos municípios e estados que compõem o FFSB, os Tribunais de Contas dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais.



O objetivo do encontro, conduzido pelo Diretor Executivo do FFSB, Leandro Ferreira, foi apresentar aos participantes o conceito e principais objetivos de um fundo soberano, o trabalho realizado pelo FFSB, situá-los na discussão atual sobre a regulamentação desses instrumentos financeiros e ouvir suas dúvidas e impressões a respeito do tema. Além dos TCEs,

estiveram representados também os municípios de Niterói-RJ, Maricá-RJ, Ilhabela-SP, Itabira-MG, Conceição do Mato Dentro-MG, Congonhas-MG e o estado do Espírito Santo.

Considerando que a Constituição Federal de 1988 não prevê a existência de fundos soberanos subnacionais, estes instrumentos se encontram atualmente enquadrados como fundos especiais, não havendo normas e regulamentação específicas que contemplem as suas particularidades. Isso cria um ambiente regulatório difuso e de insegurança jurídica para os gestores públicos, além de limitar as possibilidades de investimentos que sejam mais arrojados e com potencial de maior retorno financeiro. Da mesma forma, aspectos como a classificação contábil adequada dos recursos dos fundos, que podem restringir, entre outros aspectos, as aplicações financeiras aos bancos públicos, representam um desafio cada vez maior para os entes subnacionais.

O FFSB tem trabalhado de maneira intensiva na construção de uma regulamentação federal que possa sanar essas dificuldades. Entre as principais ações, destacam-se a articulação, em conjunto com prefeitos e parlamentares, que culminou na inclusão do Artigo 10ª da lei que instituiu a Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD), Lei 14.937, de julho de 2024, dotando o Conselho Monetário Nacional (CMN) de competência para regulamentar fundos soberanos criados por entes subnacionais a partir da apuração de excedentes fiscais[3]; e a criação de minuta para uma proposta de resolução, consensuada entre os membros do FFSB e enviada aos membros do CMN – Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Orçamento e Banco Central.

Os fundos soberanos são uma novidade no Brasil, tanto do ponto de vista financeiro quanto do institucional, e isso se reflete também na relação com os TCEs. No diálogo estabelecido com os representantes dos tribunais, foi reforçado por todas as partes o entendimento de que a regulamentação em nível federal é fundamental para padronizar as normas e procedimentos no tratamento desses fundos subnacionais.

Ainda assim, os participantes pontuaram que o entendimento de cada tribunal pode variar, mesmo com a existência de uma resolução de abrangência nacional, o que ressalta a importância de canais de troca de conhecimento e de construção coletiva, como este liderado pelo FFSB e seus membros.

[3] Lei 14.937/2023: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14937.htm

O trabalho de aproximação com os Tribunais de Contas teve continuidade após este primeiro encontro, incluindo a recente interlocução estabelecida com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), com a participação do Dirigente da Associação e Conselheiro do TCE-ES, Carlos Ranna, no evento sobre regulamentação realizado pelo FFSB em Brasília, em junho de 2025. Na ocasião, Ranna manifestou seu compromisso para encaminhar o tema da regulamentação junto à Atricon e propor a criação de um grupo de trabalho em conjunto com os demais atores relevantes no debate.

Fundos soberanos e participação social: intercâmbio técnico com o Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC)

A construção de legitimidade junto à sociedade civil é um desafio que se mostra cada vez mais urgente para os fundos subnacionais. É por meio dela que esses instrumentos podem garantir perenidade e se consolidar como políticas públicas aliadas ao desenvolvimento local sustentável. Difundir informações e estabelecer uma comunicação objetiva e acessível com a sociedade é o elemento central para construir essa legitimidade.

Em maio de 2025, o FFSB teve a oportunidade de contribuir para avançar nesse objetivo através do intercâmbio técnico realizado com o Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC). Realizado em duas partes, o intercâmbio reuniu mais de 50 pessoas entre os níveis estratégicos e operacionais das duas organizações.

O NEA-BC faz parte dos Projetos de Educação Ambiental da Petrobras, exigidos pelo licenciamento ambiental conduzido pelo Ibama, e que são realizados como medidas de mitigação dos impactos da cadeia de petróleo e gás natural nos territórios, e atua organizando e capacitando lideranças comunitárias para participação na vida pública dos municípios. Atualmente, o projeto envolve 13 municípios no estado do Rio de Janeiro e 4 no Espírito Santo.

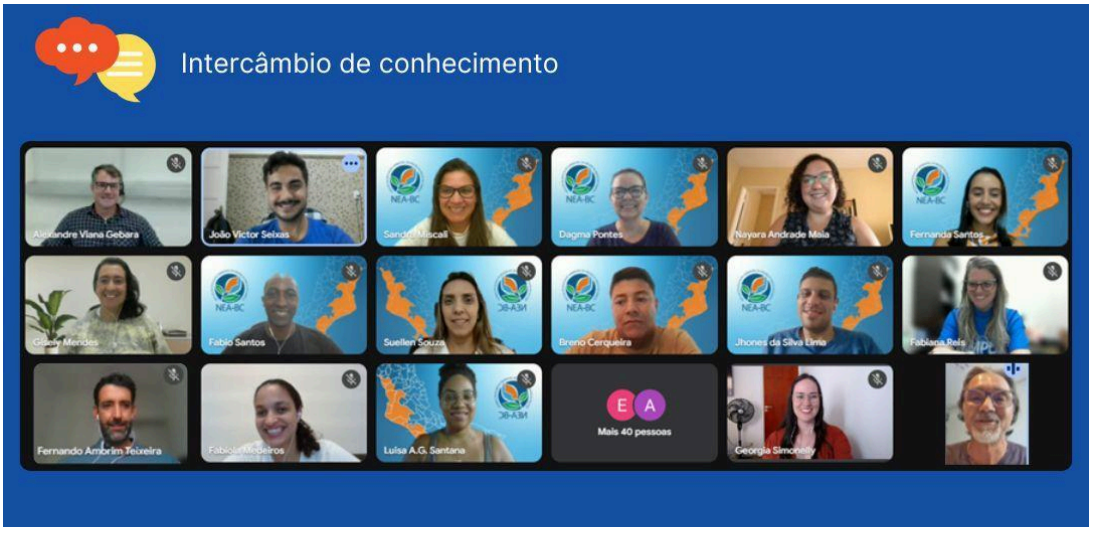


Fonte: NEA-BC (www.associacaoraizes.org.br/nea-bc)

A primeira parte do intercâmbio envolveu o nível gerencial do NEA-BC e foi focado nas apresentações institucionais. Já a segunda, estruturada como um workshop, contou com a participação de cerca de 45 educadores sociais, além da equipe do FFSB e do Subgerente de Gestão do Fundo Soberano do Espírito Santo (Funses), Alexandre Gebara.

A primeira sessão do workshop foi conduzida pelo Diretor de Sustentabilidade e Projetos Especiais do FFSB, Fernando Teixeira, e teve como objetivo apresentar os conceitos de Estado como "gestor de ativos" e de Fundos Soberanos de Riqueza (FSR), apontando as diferenças entre fundos nacionais e subnacionais, além de trazer uma perspectiva sobre as formas de atuação dos fundos soberanos em investimentos capazes de promover o desenvolvimento sustentável.

Dando sequência ao evento, o Coordenador de Estratégia do FFSB e ex-prefeito de Ubatuba-SP, Maurício Moromizato, contribuiu para o debate com os aspectos políticos envolvidos na criação dos fundos subnacionais. A partir de sua experiência, Moromizato destacou a importância de que os municípios que contemplam a ideia de criar de um FSR construam esse processo a partir de um profundo conhecimento da realidade local, da pertinência e da viabilidade para a criação e manutenção de um instrumento financeiro como este.



Divulgação / Fórum de Fundos Soberanos Brasileiros

Encerrando as apresentações, Alexandre Gebara levou aos participantes a experiência do Espírito Santo na gestão do Funses, que é, atualmente, o exemplo mais robusto e avançado institucionalmente para os fundos subnacionais brasileiros. Gebara apresentou a estrutura técnica e de

governança do Funses, seus aspectos legais, financeiros e de transparência. Ao final, respondeu às perguntas dos participantes, sendo a maioria delas relacionadas aos investimentos na economia local e às perspectivas de incentivo à participação social na gestão do fundo.

O workshop foi concluído com um período de reflexão e debate a respeito das possibilidades e dos desafios para a participação social na gestão dos fundos subnacionais, com participação ativa dos educadores sociais dos municípios atendidos pelo NEA-BC.

Entre os principais desafios, destacou-se a importância de construir uma participação cada vez mais qualificada, que compreenda e abrace os FSR como ferramentas efetivas para melhorar o presente e garantir o futuro, e legitime esses instrumentos, assegurando sua solidez e permanência, independente das alternâncias no poder local. Neste sentido, a cooperação entre o NEA-BC e o FFSB abre um caminho promissor para que a sociedade esteja melhor informada e mais engajada nessas iniciativas.

Desafios e oportunidades para a regulamentação dos fundos soberanos brasileiros

Encerrando o ciclo de eventos que compõem esta Trilha, destacamos a Mesa-Redonda “Fundos Soberanos de Riqueza: Desafios Regulatórios e Oportunidades”, realizada em Brasília, em junho de 2025, na sede do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

O evento, realizado pelo Fórum de Fundos Soberanos Brasileiros, em parceria com o Jain Family Institute (JFI), contou com o apoio do Instituto Clima e Sociedade (iCS) e da Open Society Foundations (OSF), e mobilizou representantes dos fundos subnacionais brasileiros, do governo federal, dos órgãos fiscalizadores e de instituições financeiras, além de especialistas e pesquisadores.



Divulgação / Fórum de Fundos Soberanos Brasileiros

Com uma programação de alto nível, o objetivo foi discutir a importância e urgência da criação de uma regulamentação para os fundos soberanos subnacionais em nível federal, que garanta segurança jurídica para os gestores públicos e destrave o potencial transformador desses instrumentos. Na abertura, estiveram presentes os representantes dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, e dos municípios de

Niterói-RJ, Maricá-RJ, Ilhabela-SP, Itabira-MG e Congonhas-MG, este último sendo representado pelo prefeito Anderson Cabido.

Ao longo do dia, participaram das discussões André Godoy (Associação Brasileira de Desenvolvimento – ABDE), André Carvalhal (BNDES), Laura Carvalho (OSF), Maria Netto (iCS), André Aquino (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA), Sérgio Suchodolsky (Milken Institute), Cambria Allen (*Principles for Responsible Investment* – PRI), Luiza Sidonio (Ministério da Fazenda), Geraldo Junior (MPO), Carlos Ranna (Associação dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil – Atricon), Jorge Arbache (Universidade de Brasília), Lawrice Souza (Fundo Soberano de Maricá), Gabriela Vichi (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – Bandes), Alexandre Gebara (Fundo Soberano do Espírito Santo – Funses), Salomão Neto (Fundo de Equalização da Receita de Niterói), Paul Katz (JFI), Leandro Ferreira (FFSB) e Fernando Teixeira (FFSB). Entre os convidados, também estiveram presentes representantes do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), do Banco do Brasil, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Agência Sergipe de Desenvolvimento, e dos municípios de Curitiba-PR e de Saquarema-RJ.



Divulgação / Fórum de Fundos Soberanos Brasileiros

Um momento de destaque foi a participação do governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, que compartilhou a experiência do fundo soberano capixaba. O governador destacou o perfil do Funses – que

divide seus recursos em dois objetivos: a formação de poupança intergeracional e o investimento no desenvolvimento local – e os avanços do estado na gestão responsável das receitas advindas do petróleo por meio de iniciativas voltadas para a inovação e para o financiamento da transição energética.

Este evento representa um marco simbólico no avanço da agenda da regulamentação, encampada pelos fundos soberanos brasileiros por meio do FFSB, reunindo os atores mais relevantes para a construção do ecossistema cooperativo e seguro, e fomentando o debate sobre as inovações financeiras e institucionais que esses instrumentos representam.

FÓRUM DE
FUNDOS SOBERANOS
BRASILEIROS



Sobre a organizadora

Nayara Maia é graduada em Relações Internacionais e mestranda em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas na Universidade Federal Fluminense (PPGDAP-UFF). Atua, também, como Assistente de Pesquisa no projeto "Comércio internacional, integração regional e a reindustrialização no contexto de mudanças climáticas", liderado pela Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (Rebrip), com o apoio do Instituto Clima e Sociedade (iCS).

FÓRUM DE
FUNDOS SOBERANOS
BRASILEIROS

Sobre o FFSB

O Fórum de Fundos Soberanos Brasileiros (FFSB) é uma parceria da Universidade Federal Fluminense (UFF) com o Jain Family Institute (JFI), uma instituição de pesquisa aplicada sem fins lucrativos, sediada em Nova Iorque, com os fundos subnacionais de Niterói (RJ), Maricá (RJ), Ilhabela (SP), Itabira (MG), Congonhas (MG), Conceição do Mato Dentro (MG) e os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

O FFSB funciona como um canal permanente de troca de conhecimento e experiências entre especialistas, comunidade acadêmica e gestores dos fundos, cujo objetivo é acompanhar, direcionar e propor boas práticas na administração dos recursos financeiros, com base em uma agenda que privilegia o desenvolvimento local sustentável.

comunicacao@fundos-soberanos.org.br

www.fundos-soberanos.org.br

Linkedin

Instagram

Youtube